

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

[Handwritten signatures and initials]

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2015

--- Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano dois mil e quinze, pelas 20h e 15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja na Sala de Reuniões da União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, em Manique do Intendente. -----

ORDEM DO DIA

- **Ponto 1** – Assuntos relacionados com a União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa
- **Ponto 2** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal
- **Ponto 3** – Regulamento de Cedência de Viaturas de Transportes coletivo do Município de Azambuja P 16/VP/2015
- **Ponto 4** – Projeto de Regulamento dos Cemitérios do Município de Azambuja P 23/VP/2015
- **Ponto 5** – Informação – Relatório de Acompanhamento da Atividade das Juntas de Freguesia no Âmbito dos Acordos de Execução

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Srª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e como 2ª Secretária Srª D. Tatiana Filipa Pacheco Gaspar. -----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu Martins, António José Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel da Conceição Loureiro, António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Miguel Rebelo Valada, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Luís Tavares Figueiredo, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Inês da Graça Louro, Maria Luísa da Conceição António, Natércia Maria Esteves Rocha Serranito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rogério Faria Jorge, Sérgio Joaquim Fernandes Ezequiel. -----

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio e os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho. -----

--- O Sr. Presidente da mesa informa que uma vez que esta é uma Sessão Ordinária haverá um período antes da ordem do dia destinado ao público, seguindo-se um período antes da ordem do dia para intervenção dos Deputados Municipais, e logo a seguir o período destinado à ordem do dia. -----

--- Informa ainda, que a Sr^a Deputada Municipal Inês Ramos pediu a sua substituição por mais seis meses. -----

--- Informa também que o Sr. Deputado Municipal António Francisco Nunes Godinho, da Coligação PFNT, foi substituído pela Sr^a Natércia Maria Esteves Rocha Serranito. -----

--- O Sr^o Presidente da mesa refere ainda que se têm de enfatizar as coisas que merecem ser enfatizadas, e como tal passa a ler uma carta enviada pela SIVAC à Câmara Municipal de Azambuja. -----

--- *“Assunto: Distinção PME Excelência 14”* -----

--- *Exm^o Senhor Presidente,* -----

--- *Serve o presente, e com elevado orgulho, para lhe comunicarmos que esta empresa mais uma vez e pelo quinto ano consecutivo mereceu a distinção de PME Excelência, pelo que foi assim distinguida pelo Governo da Republica.* -----

--- *Esta distinção teve maior relevo pela consecutividade de anos a merecer a referida distinção, sendo que o LAPMEI e o próprio Governo cuidaram de diferenciar este mérito com um galardão próprio do grupo restrito de empresas que a nível nacional o obteve.*---

--- *Registe por favor que mais uma vez o nome do Nosso concelho e do Nosso sector tradicional vitivinícola, onde esta empresa opera, foi referenciado pelo mérito e pela Excelência.*-----

--- *Com os melhores cumprimentos* -----

--- *A Administração* -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum membro do público quer usar da palavra.

--- Pediu a palavra o Sr. António Pires, para fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, pelo facto da luz na Estrada de Mata Burros já estar ligada depois de vários pedidos nesse sentido. -----

--- Em relação ao aterro sanitário da Quinta da Queijeira, refere que gostaria de fazer algumas perguntas, começando por referir algumas notas para que se perceba a razão das perguntas. Refere então que em 1990 a “Zubareia” pede uma autorização à Câmara para um aterro com quarenta e seis mil, oitocentos e noventa metros quadrados, aterro esse que foi licenciado pelo ministério da economia. A seguir pede a montagem de uma estação de crivagem, tendo a Câmara enviado um officio à “Zubareia”, onde exige que se comprometa a cuidar dos 80% dos sobreiros e a plantar novos sobreiros na área onde procedeu ao arranque. -----

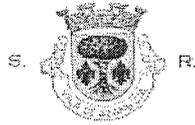
--- Em 1998 a “Zubareia” informa a Câmara Municipal de Azambuja que pediu a ampliação da área de exploração de 5 para 25 hectares, e que tal não tinha sido concedido porque não tinha o estudo de impacto ambiental, e informa também que está em litígio com o Banco Pinto & Sotto Mayor para saber o direito de propriedade da Quinta das Queijeiras. -----

--- Refere ainda que o Ministério da Economia em 2012 informou a “Zubareia” que tinha 90 dias para fazer a recuperação paisagística, ou então seriam multados. -----

--- Salaria que o Engenheiro responsável pelo aterro, informa a Câmara que tem uma licença de outra empresa que tinha a exploração da areia na Quinta da Queijeira para 5 hectares. -----

--- O Município António Pires, pergunta onde está a indicação de retirada de interesse público comunicada à CCDR. Como se justifica a diferença de metragens, concluindo que alguém explorou areia indevidamente no aterro, pois ultrapassaram-se os limites previstos no Decreto Lei 89 (não podendo ser concedida nenhuma licença sem estudo de impacto ambiental). -----

--- Solicita saber se houve estudo de impacto ambiental, e onde esteve exposto e onde estão os estudos feitos para o aterro sanitário, que é referido pelo Engenheiro da empresa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- Quer também saber se a SUMA é uma participada da Câmara, e se é verdade, tal como diz a ata de 13 de Dezembro de 2012, que a Câmara ficaria com 55% da empresa exploradora do aterro com um desconto de 30% no depósito dos lixos. -----
- Refere que se fosse um aterro de resíduos inertes não haveria problema, mas que com estes dados existe qualquer coisa que não bate certo. -----
- Foi concedida a palavra ao Sr. Joaquim Varino, que deixa um alerta em relação às estradas do Alto-concelho, referindo que é no verão que se faz a preparação para quando chegar o inverno não haver problemas com as valetas. -----
- Refere também que a estrada que vai de Vila Nova de S. Pedro para o Cartaxo é muito estreita e com um mau pavimento, dificultando o cruzamento entre dois veículos. -----
- Refere ainda, que as estradas da Maçussa não estão no melhor estado de circulação, e que são também muito estreitas. -----
- Em relação à estrada que vai da Maçussa para Vila Nova de S. Pedro refere que está também bastante danificada. -----
- Diz ainda que na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, coloca uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, perguntando se a Câmara tem alguma dívida para com a união de Freguesias. -----
- Tomou a palavra o Sr.º Presidente da Câmara, dizendo que em relação à “Zubareia” refere que o contrato que existe é que a Câmara seria acionista com 5% e não com 50%. Refere que este assunto já foi muito debatido, e o que tem a dizer sobre o assunto, é que a única coisa em que a Câmara interferiu nesta situação, foi no licenciamento das edificações referindo que a empresa já tinha todas as autorizações das entidades competentes. Salientando que se o Sr. Município quiser poderá mostrar todo o processo. –
- Em relação às questões colocadas pelo Sr. Joaquim Varino, refere que se irá ver o que se poderá fazer em relação às estradas. No que diz respeito à dívida que foi referida, diz que não existe dívida, salientando que a única falta que a Câmara tem para com a Junta de Freguesia da União de Freguesias, é o facto de ainda não ter havido a possibilidade de transferir a escola de Arrifana para a Junta de Freguesia, como forma de compensação do dinheiro que lá foi gasto pela Junta. -----
- Pediu a palavra o Sr. José Manuel Pratas, referindo que na passada Quinta-feira da Ascensão (dia do Município), tendo havido algumas condecorações a algumas pessoas que se destacaram no Município, estranhou o facto do Sr. Presidente da Assembleia não ter falado, solicitando saber o porquê. -----
- Refere também que leu num jornal as críticas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima ao Vereador eleito pela CDU (Vereador David Mendes), e também algumas críticas ao Sr. Presidente da Câmara, salientando que esta não é a melhor forma de resolver os problemas. -----
- Interveio o Sr. Presidente da Mesa perguntando se existe mais alguém do público que deseje intervir. Não havendo, passa para o período antes da ordem do dia para os Deputados Municipais. -----
- Foi concedida a palavra ao Srº Deputado Municipal Manuel Couceiro, que passou a ler uma declaração, esperando que a mesma seja o encerrar de uma polémica de que se tem vindo a falar. -----
- *Caros Deputados Municipais,*-----
- *Senhor Presidente, Senhores Vereadores,* -----
- *Minhas Senhoras, Meus Senhores* -----

Na última reunião da Assembleia Municipal fui confrontado por vários membros dos corpos sociais da Associação “Poisada do Campino” que me acusaram de ter posto em causa a sua honra, a sua competência, o seu amor às tradições de Azambuja. -----

--- Tudo porque a reunião da Câmara que se realizou no dia 7 de Abril, a propósito do cartel da Corrida da Feira de Maio, eu disse que ia pedir uma cópia do protocolo que existe entre a Câmara e a Poisada do Campino sobre a praça de Touros. -----

--- Foi só isso que pedi. Nada mais. -----

--- E tal pode ser confirmado quer através de uma notícia publicada no jornal *Mirante*, quer da própria gravação dessa reunião da Câmara – que enviei a todos os deputados municipais no meu email de 20 de maio. -----

--- Quem ouviu essa gravação constata que, em momento algum, acusei estes ou os anteriores corpos sociais da Poisada do Campino de atos de gestão menos corretos. -----

--- Em momento algum, usei palavras ou termos que tivessem posto em causa a honra e o bom nome fosse de quem fosse, em particular os dirigentes e sócios da Poisada do Campino. -----

--- Por isso, alguém mentiu aos dirigentes da Poisada do Campino sobre aquilo que eu disse na reunião da Câmara. -----

--- E foi com base nessa mentira que vários membros dos corpos sociais da Associação “Poisada do Campino” me atacaram violentamente na última reunião da Assembleia Municipal, pondo em causa até a própria dignidade e respeito deste órgão autárquico! --

--- Caros Deputados Municipais, -----

--- Na mesma reunião da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal acusou-me de lhe ter chamado “sórdido” na intervenção que fiz na reunião de Vila Nova da Rainha. -----

--- Mas tal nunca aconteceu! -----

--- O que eu disse foi o seguinte e referindo-me em termos gerais: -----

“ Como em tudo na vida, haverá sempre quem não perceba esta dimensão madura e nobre da Política. -----

--- Para esses poucos que não percebem esta dimensão madura e nobre, a Política será sempre uma guerra pessoal. -----

--- Uma guerra pessoal construída na mesquinhez dos ataques baixos e sórdidos. -----

--- Uma guerra pessoal que é prisioneira de pequenas ambições e vaidades e de nebulosos interesses. -----

--- Para quem percebe e vive a dimensão madura e nobre da Política, a liberdade é total!” -----

--- Fim de Citação. -----

--- A intervenção que fiz em Vila Nova da Rainha está gravada. -----

--- Mais. -----

--- Enviei a minha intervenção a todos os deputados municipais de todas as forças políticas para que pudessem ler palavra por palavra aquilo que disse. -----

--- Por isso, todos sabem bem que nunca me dirigi ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal em termos menos corretos e nunca o acusei de ser “sórdido”, “escroque”, “bandido” ou outras coisas que tais, ao contrário do que foi vociferado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal na nossa última reunião. -----

--- Caros Deputados Municipais, -----

--- Estou certo que um dia se saberá a razão porque alguém mentiu aos dirigentes da Poisada do campino e porque na última reunião da Assembleia Municipal fui acusado por duas vezes de ter dito aquilo que nunca disse... -----

--- Até lá, deixo bem claro o seguinte: -----

--- Quem me acusou de ter dito aquilo que eu nunca disse, pode ser sério. -----



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- *Mas não é mais sério que eu!* -----
- O Sr. Deputado refere que dá por encerrada esta polémica, que acha não ter dignificado nem a Assembleia nem os Deputados da Assembleia. -----
- Foi concedida a palavra ao Sr.º Deputado Municipal António Lavado, solicitando saber qual é a situação dos oleões, referindo que o Sr. Presidente dá sempre a mesma resposta. -
- Refere também que a questão da falta de médicos no Concelho de Azambuja continua igual. -----
- Solicita também saber, qual é a posição da Câmara em relação à questão do governo querer passar a educação para as autarquias. -----
- Refere também a degradação das estradas da freguesia de Aveiras de Cima. -----
- Em relação à Feira de Maio, salienta que duzentos mil euros gastos na mesma, é muito dinheiro, sugerindo que para a próxima tire algum desse dinheiro para comprar uma aparelhagem nova para as reuniões. -----
- Refere que a Câmara tem maior tendência para as freguesias que são da sua cor política. -----
- Tomou a palavra o Sr.º Presidente da Câmara Municipal referindo que não tem tendência nenhuma em relação a qualquer freguesia, salientando que Aveiras de Cima não está esquecida e que inclusivamente está em negociações com os terrenos do cemitério. -----
- Em relação à educação, refere que ainda não foi confrontado com esta situação, mas que quando for, irá opor-se. -----
- No que diz respeito à Feira de Maio, diz que as contas ainda não foram fechadas, mas que a Câmara teve grandes apoios neste sentido. E que logo que se tenham encerrado as contas, dará conhecimento das mesmas. -----
- Em relação aos oleões, passa a palavra ao Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que neste momento se está a fazer um procedimento interno de modo a fazer a limpeza dos óleos. Refere ainda que se está a tentar colocar oleões nas escolas, de modo a que as crianças levem os óleos de casa para reciclar. Salienta que se está a tentar protocolar com uma empresa de modo a que se tenha um sistema de recolha eficiente e eficaz. -----
- Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado, referindo que em relação à postura de trânsito em Aveiras de Cima nada se tem feito. -----
- Tomou a palavra o Sr.º Presidente da Câmara Municipal para dizer que quanto à postura de trânsito de Aveiras de Cima, foi feita uma auscultação ao mercado, de modo a obter várias propostas de preços para se fazer a revisão da postura de trânsito em Aveiras e Azambuja, estando as mesmas a ser analisadas. -----
- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, cumprimentando todos os presentes, passando a ler a intervenção que a seguir se transcreve: -----
- *Quero trazer aqui um assunto que trouxe também a uma Assembleia Municipal, dessa vez realizada em Aveiras de Baixo, há quase um ano, que é o ensino pré-escolar no Concelho de Azambuja.*-----
- *De há 20 anos para cá, a estrutura das famílias portuguesas alterou-se substancialmente, passou a existir uma grande número de famílias monoparentais, o número de famílias separadas com filhos aumentou, mas, o número de filhos por casal tem vindo a diminuir. De facto, antigamente as famílias tinham em média mais de dois filhos, hoje em dia, cada vez mais os casais têm em média um filho e cada vez mais tarde...* -----

--- Existiu há cerca de quarenta anos, uma explosão de IPSS's, que vieram substituir-se ao Estado, na proteção e educação de pré-escolar, creche e infantário, em todo o país que o Estado Português não detinha, bem como o apoio á terceira idade. Com isto, verificou-se um aumento do número de IPSS's ligadas ao apoio as famílias (na vertente das crianças), e conseqüentemente o aumento do número de funcionários ligados a esta área específica da educação.-----

--- É responsabilidade do Estado garantir este apoio, e por isso mesmo, foram efetuados protocolos e criadas leis para se garantir as transferências de verbas do estado para as IPSS's, e até aqui tudo tem funcionado, umas com mais dificuldades outras com menos, umas conseguindo mais apoios estatais e municipais, outras menos.-----

--- Chegados aqui, verifica-se que:-----

--- - O número de IPSS's mantém-se;-----

--- - O número de salas do pré-escolar público mantém-se;-----

--- - O número de crianças está a decrescer (em 2011 o pré escolar publico tinha 241 alunos, em 2014 tinha 189 (estes são dados da carta educativa). -----

--- - Estas instituições dão emprego a um grande número de funcionários (muitos deles qualificados);-----

--- - Alguns destes funcionários com idades acima dos quarenta anos;-----

--- - Existem em todas as IPSS's do concelho de Azambuja vagas nas várias salas de apoio á infância (creche e pré-escolar);-----

--- - O facto da Câmara Municipal de Azambuja, assegurar as "pontas", ou seja o período antes e depois do período letivo no centro escolar Boavida Canada, e a tentativa de fazer o mesmo em Vale do Paraíso vem complicar ainda mais esta situação. -----

--- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs deputados, -----

--- Neste ano letivo que agora terminou, -----

--- Na rede pública estiveram 189 alunos, para uma capacidade de 450 alunos, ou seja 261 vagas não preenchidas; -----

--- - Na rede solidária 371 ocupados, para 450 vagas, ou seja houve 79 vagas que não foram preenchidas (estes são dados da Revisão da Carta Educativa. -----

Sr. presidente da Câmara: -----

--- - Já analisou estes números?-----

--- - Já percebeu o problema que o concelho de Azambuja tem e que se vai agravar nos próximos anos?-----

--- - Sr. vereador da Ação Social, já verificou o problema que as IPSS'S têm?-----

--- - O Sr. já pensou em como resolver este problema?-----

--- - Quer o Sr. pela sua inação ser responsável por despedimentos nas IPSS'S?-----

--- Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. deputados municipais, com estes dados retirados da revisão da carta educativa, está na hora deste executivo municipal parar e pensar no que pretende para o ensino pré-escolar, creches e jardins-de-infância do concelho de Azambuja, que politicas defende para este sector e perceber que continuando este RUMO, que os senhores se calhar até acham NATURAL, vamos caminhando para o ABISMO (e esta palavra não é forte demais, infelizmente será a realidade), com a DIMINUIÇÃO DOS NASCIMENTOS (expressa também na última revisão da carta educativa), vamos chegar ao ponto de DESPEDIMENTO DE FUNCIONÁRIAS, E POSTERIOR ENCERRAMENTO DESTAS IPSS's. -----

--- Com o que referi atrás volto a solicitar, que a Câmara Municipal promova um debate sério, sem ideologias partidárias, sobre o futuro do ensino pré-escolar, com as direções das IPSS's , técnicas das IPSS's, técnicas da Câmara, juntas de freguesia e Câmara



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

municipal e diretores dos três Agrupamentos Escolares do Concelho, para TODOS em conjunto encontrarmos uma solução para esta situação e não como até agora tem sido feito, em que estes problemas são resolvidos em cima do joelho, e minimizando problemas atuais em detrimento do futuro e sem uma política de educação definida. -----

--- Como presidente de junta, seria fácil, enviar ofícios, mail's, telefonar ou falar pessoalmente com o Sr. presidente, acerca deste assunto, mas o facto é que este é um problema transversal a TODAS ESTAS IPSS'S e Agrupamentos Escolares, e que é RESPONSABILIDADE da Câmara ajudar, apoiar a resolver este problema.-----

--- Gostaria muito de daqui a ano, não ter mais uma intervenção sobre este assunto, este é um problema de todos e não é, e não o queiram tornar numa questão ideológica, ou partidária, mas é, quer queiram quer não um problema político, ou neste caso um problema de falta de políticas camarárias para a educação. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, que após cumprimentar todos os presentes, começou por se referir à intervenção do antigo Vereador José Manuel Pratas, que se mostrou muito preocupado com as eventuais críticas que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima tenha tecido aos Vereadores, inclusivamente ao da CDU, referindo que considera que a sua preocupação deveria ter sido outra, que era o facto do porquê do seu partido abdicar da construção do Centro Escolar de Aveiras de Cima. -----

--- Relativamente à questão que o Sr. Presidente da Junta de Aveiras de Cima suscitou em relação ao pré-escolar, considera que essa sua crítica tem que ser entendida de uma forma enquadrada constitucionalmente, porque na verdade a tarefa constitucional que está atribuída ao estado é aquela que consta das suas tarefas. Sendo as outras entidades meramente subsidiárias, não podendo obviamente ignorar que haja dificuldades em relação à dinamização da taxa da natalidade, salientando porem, que o Sr. Ministro Mota Soares se gabou há alguns meses atrás de ter poupado cerca de dezoito milhões de euros em abonos de família, sendo esta uma contradição nos seus próprios termos. -----

--- Considera que se deve discutir políticas no sentido de potencializar a natalidade, criando apoios sociais nesse sentido. Tendo neste sentido o Município uma tarefa muito residual. -----

--- O Sr. Deputado Municipal António Nobre, faz referência a uma Recomendação feita pela CDU referente ao Orçamento Participativo, e que foi entregue a todos os Deputados Municipais, para que se aprecie e delibere sobre a mesma. Recomendação essa que a seguir se transcreve. -----

--- RECOMENDAÇÃO -----

--- Nos últimos anos tem vindo a aumentar o número de autarquias (câmaras municipais e juntas de freguesia) a aderir aos orçamentos participativos, o que significa cada vez mais a aceitação de algumas formas de democracia direta, a exemplo do que acontece em outros países europeus, designadamente na Suíça.-----

--- O nosso vizinho concelho de Alenquer é um dos aderentes ao orçamento participativo, tendo proposto para o ano de 2016 o valor de 500.000€. No concelho de Azambuja já temos duas freguesias a praticar o orçamento participativo: Alcoentre e Aveiras de Baixo.-----

--- Pelo interesse que reputamos sobre esta forma de descentralização, entendemos que chegou o momento do município de Azambuja iniciar o caminho do orçamento participativo, com verbas a retirar das despesas de investimento do orçamento municipal.-----

--- Tendo em consideração que já estamos a meio do ano, entendemos que para o ano de 2016 deveria ser estipulada uma verba menos significativa, a acordar entre as forças políticas representadas nos órgãos executivo e deliberativo.-----

--- Para o ano de 2017, o regulamento do orçamento participativo pode ser preparado mais cedo e com uma verba maior.-----

--- Sem prejuízo de outras análises e sugestões adianta-se, desde já, que as verbas a investir nas freguesias, com a participação dos cidadãos eleitores, deverão ter em consideração a área, o número de eleitores, bem como a carência de infraestruturas.-----

--- Assim, em conformidade com as considerações acima referidas, o grupo da CDU recomenda, nos termos da al. c) do nº 1 do artigo 62º do RAMA, que a Assembleia Municipal de Azambuja, na sua reunião de 29/6/2015, aprecie e delibere sobre esta recomendação. Sendo que, no caso da mesma ser aprovada, o executivo municipal inicie de imediato os procedimentos necessários para a sua aplicação já no próximo ano de 2016.-----

--- Pel'CDU-----

--- António José Rodrigues-----

--- O Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum membro quer intervir neste ponto.-----

--- Pediu a palavra a Srª Deputada Municipal Maria Inês Louro, para dizer que em relação a esta Recomendação o Partido Socialista concorda com a mesma.-----

--- Refere ainda que em relação ao assunto referido pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, tem uma informação pertinente para dar sobre esta matéria, referindo que esteve presente no Conselho Municipal de Educação, não conseguindo preparar atempadamente o documento com todas as informações pertinentes sobre a mesma, mas logo que possível o fará.-----

--- Recorda que as Juntas de Freguesia estão bem representadas no Conselho Municipal de Educação, mas também as IPS'S estão lá devidamente representadas. Sugerindo que um primeiro debate poderá surgir primeiro entre as Juntas de Freguesia, e depois passar então para essa reunião com todos. Refere ainda que estão representados no Conselho Municipal de Educação todos os Diretores de Agrupamento.-----

--- Salaria que se está a iniciar uma discussão muito pertinente, que é o início da discussão da Carta Educativa do Concelho de Azambuja, tendo sido explicado que este é um documento que não está encerrado.-----

--- Em relação ao Centro Escolar de Aveiras de Cima, refere que realmente poderá não haver a construção do Centro Escolar, mas que haverá a opção entre o público e o privado, sendo a tendência para o melhoramento e ampliação das estruturas existentes. Salaria ainda que a tendência é para não fechar nenhuma escola.-----

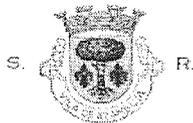
--- Pediu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, para dizer que a Coligação PFNT vai votar a favor, e que se revê na recomendação apresentada pela CDU.-----

--- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade autorizar a votação da Recomendação apresentada pela CDU.-----

--- Uma vez posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, para dizer que relativamente ao orçamento participativo, a Coligação PFNT desde 2009 que tem nas suas propostas eleitorais a execução de orçamentos participativos. Referindo também que a Freguesia de Aveiras de Baixo já tem um orçamento participativo.-----

--- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que internamente o assunto já tinha sido falado no sentido de se verificar qual a disponibilidade financeira para tal. Salaria ainda que a Freguesia de Alcoentre também já tem orçamento participativo e que a Câmara de Alenquer também.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- Em resposta ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, refere que o que tem a dizer é que a responsabilidade é da Administração Central e não só da Câmara. -----
- Em relação à Carta Educativa, pede que não se dê muita relevância a alguns pontos, pois é um documento aberto que ainda vai sofrer algumas alterações. Refere também que logo que o documento esteja concluído, o fará chegar a todos. -----
- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, que cumprimentou todos os presentes e fez uma retificação em relação a um assunto que mencionou no facebook, e que um jornal local retirou e publicou no seu site. -----
- O Sr. Deputado Municipal refere que o que escreveu, foi que a Câmara Municipal não faz os trabalhos dispendiosos, mas que também não faz outros que nem sequer custam dinheiro, como é o caso do levantamento topográfico e projeto para a construção do mureto que abateu na estrada antiga das minas, que faz a ligação de Manique do Intendente para o cemitério pela estrada antiga. -----
- Refere que mais tarde alertado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias, percebeu que não foi rigoroso, tendo já procedido à alteração do referido texto no facebook. Dizendo que, na verdade, o que a Câmara não fez, foi o levantamento topográfico da rotunda prevista para a frente do portão principal da Quinta da Lapa. -----
- Em relação à questão da dívida da Câmara, levantada pelo Srº Joaquim Varino, refere que o mesmo talvez não tenha sido muito preciso, querendo-se referir à dívida referente às obras do cemitério de Manique do Intendente, em que a Junta de Freguesia investiu de acordo com um acordo expresso da Câmara, que nunca foi pago. Tendo a Câmara depois pretendido compensar aquela despesa com a entrega da escola de Arrifana. No entanto refere que o que vem na proposta aprovada, não é isso, considerando assim que a dívida se mantém. -----
- Refere ainda que havia outra dívida em relação à Freguesia de Vila Nova de S. Pedro, em que o antigo Presidente da Junta referiu que havia um protocolo que dizia que a Câmara se comprometia a pagar a construção de uma casa mortuária em Casais de Além. O atual Presidente da Junta já averiguou essa situação, tendo detetado que apenas há a proposta aprovada em Sessão de Câmara. Refere que em relação à escola de Arrifana também não há nenhum protocolo, tendo assim estes dois assuntos de ir à Assembleia Municipal. -----
- O Sr. Deputado Municipal refere ainda que tendo na última Sessão da Assembleia Municipal, sido rejeitada a Conta de Gerência, e tendo logo de seguida sido aprovada a Repartição de Saldo de Gerência a aplicar no corrente ano económico de 2015, e uma vez que verificou que as coisas não se processaram com o rigor exigido, pergunta ao Sr. presidente da Câmara se já tem mais alguma informação ou parecer do gabinete jurídico da Câmara ou de alguma outra entidade, do que aquele que foi prestada pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas. -----
- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que enviou um email para a DGAL e para a CCDR LVT, solicitando esclarecimento quanto à viabilidade da utilização orçamental do saldo de gerência anterior, por via da revisão orçamental aprovada por ambos os órgãos, incluído nos documentos de prestação de contas de 2014, aprovadas pela Câmara Municipal e apreciadas e votadas desfavoravelmente pela Assembleia Municipal. Refere ainda que até à data, não se obteve qualquer resposta, e que ainda hoje foi enviada mais uma insistência. -----
- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues passa a ler a intervenção que a seguir se transcreve: -----

--- ATA DE 28/4/2015 – algumas notas informativas sobre a EMIA, bem como a herança deixada ao município de Azambuja pela sua extinção.

A EMIA foi criada em 22/9/2004, passando a ser detida a 100% pelo município de Azambuja, em setembro de 2008, com 1.900.000 euros de capital próprio. Tudo por impulso de uma maioria absoluta que intencionalmente quis transferir todas as atribuições e competências do órgão executivo municipal, para a administração da empresa municipal, de modo a furtar-se a dar satisfações aos vereadores eleitos e aos vogais da assembleia municipal (AM), em especial aos da oposição.-----

--- Após adquirir a empresa na sua totalidade, a CMA quis fazer o milagre dos pães, vendendo à EMIA os terrenos a nascente e poente da Estação Ferroviária de Azambuja, para aumentar o património imobilizado da EMIA, de modo a poder servir como suporte a futuros empréstimos bancários, em que o município de Azambuja estava bloqueado.

A primeira escritura de venda do município à EMIA foi feita por 2.482.335,04 euros, em 27/11/2008, artigo 4363 (terreno do lado nascente), com a área de 12.200 m² e com Valor Patrimonial (VP) de 37.698 euros.-----

--- A segunda escritura de venda no valor de venda 3.347.156,20 euros, foi feita em 3/6/2009, com dois artigos matriciais (terrenos do lado poente): artigo 4.709, com a área de 9.298 m² e com VP de 463.046 euros; artigo 5.185, com a área de 6.118 m² e com VP de 436.460 euros. Este último artigo tinha sido adquirido através de usucapião pelo município de Azambuja, em 15/12/2008. -----

--- O custo total dos dois terrenos foi de 5.829.491,24 euros, avaliados pela contabilidade da EMIA, em 2008, em 5.876.152,20 euros.-----

--- Depois da extinção da EMIA, a melhor avaliação externa valoriza os dois terrenos em 184.000 euros.-----

--- Já na altura da venda à EMIA, tínhamos como estimativa que estes terrenos valeriam pouco mais de 100.000 euros, na medida em não tinham valor de construção habitacional ou comercial, por se situarem em zonas de servidão da CP/REFER e das Estradas de Portugal, como segurança para eventuais alargamentos das vias ferroviária ou rodoviária (ainda hoje é assim, daí a avaliação atual por 184.000 euros).-----

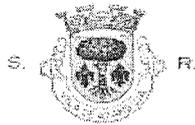
--- Estas trapalhadas defraudaram o direito de informação à oposição, bem como o sentido das isenções permitidas pela Administração Central, as quais têm em vista uma boa prática autárquica. Na verdade, estando o município de Azambuja e a EMIA isentos do pagamento de IMT (antiga Sisa) e IMI (antiga contribuição autárquica), poderia atribuir aos terrenos um valor muito superior ao VP inscrito nos Serviços de Finanças, bem como ao valor real de mercado, pois não teriam de pagar quaisquer dos impostos atrás referidos.-----

--- Após a extinção da EMIA, em 2013, verificou-se em 31/12/2014 que a mesma tinha um saldo passivo de 6.988.469,67 (?) euros.-----

--- Nos Estatutos da EMIA, a al. s) do n.º 2 do artigo 4º prevê: “Desenvolver estudos e sistemas de gestão que visem a criação de sistema de tributação eficientes e equitativos ao nível dos impostos sobre o património imobiliário e das taxas municipais.”-----

--- Ainda nos mesmos Estatutos, o seu artigo 23º determina a existência de um Conselho Consultivo (CC), com 2 representantes do município designados pela CM, 2 presidentes de Juntas de Freguesia a designar pela AM, mais 3 representantes dos utentes, a designar também pela AM. Ao CC competia emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional e sobre documentos de prestação de contas. Apesar de eleito o dito CC, que se saiba tal conselho nunca foi consultado para nada.-----

--- Como se disse no início deste documento, a EMIA foi criada para o seu conselho de administração se furtar a dar satisfações à oposição, garantido o poder absoluto para o ex-presidente da CMA que também era presidente do Conselho de Administração (CA)



[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

da EMIA. Para além nunca ter ouvido o CC, nunca desenvolveu qualquer estudo sobre a tributação sobre o património imobiliário dos particulares nem sobre as taxas municipais a aplicar ao dito património. Assim, os munícipes têm pago as mais altas taxas de IMI para financiar obras não prioritárias. E não se diga que foi só o ex-presidente o responsável, pois no executivo da CMA estavam os atuais presidente e vice-presidente que sempre baixaram a cabeça em concordância com tudo.-----

--- É óbvio que os autarcas que tudo consentiram não mudem de opinião; mas não queiram que todos aqueles que sempre combateram a concessão das águas e a malfadada criação da EMIA mudem agora a sua opinião, para agradar ao novo poder instituído. Por defendermos os nossos pontos de vista chegámos a ser desrespeitados e mesmo gozados pelos detentores do poder autárquico no município de Azambuja, acusando-nos de nada entendermos gestão empresarial ou de votarmos contra por mero capricho. Agora o resultado de tais práticas enviesadas está à vista. A integração do buraco financeiro da EMIA, resultante da herança cozinhada para promover vaidades, e gastar em 3 mandatos o dinheiro de 4 mandatos, caiu nas contas do município como um excremento, ao qual só poderíamos responder com o voto contra o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2014 (Proposta 34/P2015), tal como **descarregar o autoclismo para cima do dito excremento.**-----

--- Por esta e por outras razões a maioria dos vogais da assembleia municipal, em 28/4/2015, votou contra o referido Relatório de Gestão. Na mesma sessão da assembleia municipal a Proposta 45/P/2015, sobre a revisão orçamental para aplicação do saldo de gerência do resultado líquido do exercício de 2014, foi aprovada por maioria, com os votos a favor apenas dos vogais do PS (13), e com a abstenção dos vogais da CDU e da CPFNT (15). No meu caso, o sentido de voto de abstenção resultou do parecer da sociedade de ROC, que transcreveu uma parte da nota informativa nº 7/2014 da CCDRN, onde se diz, em síntese: “a integração orçamental do saldo de gerência (...) só pode ocorrer em sede de revisão orçamental, como contrapartida de aumento de despesas orçadas após apreciação e votação, pelo órgão deliberativo competente, da conta de gerência a que respeitam”.-----

--- Fiz fé nesta informação, na medida em que o preceito estabelecido na al. l) do nº 2 do artigo nº 24º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12/09 estabelece: “**compete à AM, sob proposta da Câmara Municipal, (...) apreciar e votar os documentos de prestação de contas**”. A Assembleia Municipal pode apreciar e votar as contas mas não está obrigada a aprová-las. Uns dias depois verifiquei que o parecer da sociedade de Revisores Oficiais de Contas não transcreveu a totalidade da referida nota informativa da CCDRN, a qual no primeiro parágrafo da folha 2, refere: “o saldo da gerência anterior só pode ser integrado e utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçamentada, na sequência da apreciação e **aprovação da prestação de contas** que lhe subjaz pelo órgão deliberativo e após aprovação por esse órgão de uma revisão orçamental.” Como se verifica neste último parágrafo, a revisão orçamental só poderia ocorrer após apreciação das contas e na condição das mesmas terem sido aprovadas pela Assembleia Municipal, o que não aconteceu. Admito que, do ponto de vista jurídico, o parecer da CCDRN, na conclusão transcrita, não está suficientemente fundamentado; mas, em termos de normas de contabilidade aplicáveis às Autarquias Legais, não tenho informação suficiente para contrariar aquele parecer.-----

--- Assim, na falta de melhor opinião, a deliberação da Assembleia Municipal sobre a integração e utilização do saldo de gerência é ineficaz e, se o órgão executivo utilizar o mesmo saldo, se houver uma decisão de um tribunal que concorde com a posição da

CCDRN, os eleitos que se abstiveram, quer na reunião de câmara quer na assembleia municipal, poderão vir a ser condenados, solidariamente com quem votou a favor, a repor o valor gasto, até ao montante de 1.562.065,43€ (valor da proposta nº 45/P/2015). Se esta situação se vier a verificar, serão 35 eleitos (7 da CMA e 28 da AM) a pagar este valor, o que custará a cada um cerca 44.638,44€, acrescidos de eventuais coimas e custas judiciais.-----

--- Pelas razões ora referidas, ou seja a omissão da sociedade de Revisores Oficiais de Contas, absteve-me na votação de Revisão Orçamental para utilização do saldo de gerência do ano de 2014, quando poderia ter votado contra e feito declaração de voto. Assim, tendo em consideração que a aprovação da minuta da ata se destina a conferir eficácia imediata às deliberações tomadas pelo órgão deliberativo (AM), nos termos do artigo 57º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12/09, voto agora contra a aprovação definitiva da ata de 28/4/2015, tendo em vista isentar-me de eventuais consequências de uma deliberação que não poderia ter sido tomada pela Assembleia Municipal. Para tanto, se for necessário, utilizarei esta declaração voto por todos os meios legais ao meu alcance, inclusive junto dos tribunais. Tal propósito, em meu entender, justifica-se, face ao disposto no nº 3 do artigo 58º do diploma atrás referido, que estipula: "O registo na ata do voto de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação." -----

--- Face ao exposto, voto contra a aprovação em ata final, apenas relativamente ao Ponto 4 – Revisão Orçamental, constante na página 16 da ata da reunião ordinária do dia 28 de abril de 2015.-----

--- António José Rodrigues -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Luís Fonseca, para dizer que não conseguiu ver na internet os autocarros disponíveis entre Manique do Intendente e Azambuja. Como não conseguiu, deslocou-se à bilheteira em Azambuja onde foi informado que a melhor forma de chegar a Azambuja vindo de Manique, era ir pelo lado do Cartaxo, percurso esse que é feito em 1 hora e 30 minutos, com 30 minutos de paragem no Cartaxo. -----

--- Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, se há alguma iniciativa por parte do executivo, para resolver esta questão e tentar ter um autocarro direto entre Azambuja e Manique. ----

--- Em relação à alteração dos horários da CP, e sabendo que o Município de Vila Franca de Xira já manifestou a discordância face aos horários, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara o que é que o executivo de Azambuja já fez nesse sentido. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Torrão, para dizer que em relação à intervenção do Sr. José Manuel Pratas, o que tem a dizer, é que apesar de ser do mesmo partido do Sr. Vereador da CDU não tem que ter a mesma opinião. -----

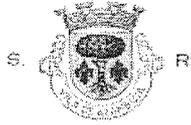
--- Refere ainda que o número de crianças em Aveiras de Cima tem aumentado, no entanto não há condições de ensino público para as manter em Aveiras de Cima. Salientando que Aveiras de Cima tem o direito de ter ensino publico. -----

--- O Sr. Deputado Municipal volta a pedir ao Sr. Presidente da Câmara um parecer jurídico sobre a exclusividade das estátuas do Largo da Republica em Aveiras de Cima. --

--- Solicita ainda que seja também facultado ao Grupo CDU, os estudos e pareceres que foram feitos antes da construção dos Centros Escolares de Alcoentre e Azambuja. -----

--- Salienta que o Alto-concelho perdeu 23% da população, sendo uma população envelhecida. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, referindo que não disse em momento algum que a Coligação PFNT era contra ou a favor, do serviço público ou das IPS'S. Salienta que não falou do Conselho Municipal de Educação, referindo que o que disse foi que o número de crianças está a diminuir. Salienta ainda que



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

não está contra o Centro Escolar de Aveiras de Cima. Diz ainda que a Câmara Municipal deve promover um debate sério, sem ideologias partidárias, e verificar se neste momento é viável, ou não, a construção de centros escolares pelo custo da obra, pelo número de crianças e pela projeção que está na Carta Educativa. Salienta que este é um assunto que a Câmara Municipal tem responsabilidades, uma vez que financia tanto a rede pública, como as IPS'S. -----

--- Refere ainda que as IPS'S entre as 9h e as 12h e as 13h e as 15h30m, são grátis, o que os pais pagam é o período antes e depois deste horário e também a refeição. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que quando tiver a versão final da carta educativa a mesma será entregue. -----

--- Quanto à questão do pré-escolar, refere que a Câmara Municipal está empenhada, e que fará todo o possível para fazer duas salas de pré-escolar em Aveiras de Cima. -----

--- Em relação à questão apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Fonseca, refere que realmente há grandes dificuldades de transportes entre o norte e o sul do Concelho. Refere que no entanto se mantém à 2ª feira de 15 em 15 dias o autocarro da Câmara que leva os munícipes até Azambuja. Salienta que numa próxima oportunidade falará novamente sobre o assunto com a administração da Rodoviária. -----

--- Em relação aos novos horários da CP, refere que recebeu uma Carta do Presidente do Conselho de Administração dos Comboios de Portugal com os novos horários, tendo já pedido uma reunião com o Conselho de Administração para debater esta matéria. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira, referindo que só há dois anos é que se sabe que nas IPS'S, durante aquele período de tempo não se paga nada. Solicitando saber quem é que controla este segmento da educação do ensino público do pré-primário, e se está integrado no programa de ensino oficial público. -----

--- Em relação à questão das taxas pagas nas IPS'S, são calculadas com base no IRS da família, perguntando se no ensino público também é assim. -----

--- Refere que não está correto ter que se recorrer a outras terras para colocar as crianças no ensino público. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de acabar com um assunto, que já vem de há algum tempo, sem o “enfaticar” ou “vociferar”. -----

--- Referindo que o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, falou de uma forma genérica, no entanto menciona que percebeu que se dirigia a si, salientando que enquanto Presidente da Assembleia Municipal ou noutra qualquer circunstância, e sempre que se sinta atingido na sua honra, se defenderá. -----

--- Ainda em relação aos adjetivos de “avareza/sórdido” que foi utilizado em relação à sua pessoa, apresenta os comprovativos do montante recebido em senhas de presença enquanto Presidente da Assembleia Municipal, que doou à “Casa Mãe” e à “CERCI”, tal como tinha prometido aquando da campanha eleitoral, refere ainda que o mesmo já tinha feito no ano anterior, e fará até ao fim do mandato. -----

--- Depois de terem sido feitas algumas emendas ao texto, foi a Ata de 28 de Abril de 2015 posta a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 2 votos contra e 1 abstenção. Salienta-se que os dois votos contra se referem ao ponto nº 4 da ordem de trabalhos, conforme referido pelo Sr. Deputado Municipal António Rodrigues na sua intervenção. -----

----- ORDEM DO DIA -----

--- **Ponto 1 – Assuntos relacionados com a União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa** -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José Avelino Correia cumprimentar todos os presentes, e deu as boas vindas a todos. -----

--- Começou por referir a falta de luz na praça dos imperadores, e o défice de iluminação no Jardim Pina Manique. -----

--- Em relação ao estado das estradas, e embora a Câmara já tenha programado a reparação de algumas, refere que outras também já estão bastante degradadas. -----

--- Relativamente aos esgotos, refere que a Freguesia continua a ter algumas zonas com algum défice de esgotos. Refere que tem conhecimento que a ETAR de Arrifana, vai ser iniciada, solicitando saber em relação a outras localidades da Freguesia como está a situação dos esgotos. -----

--- No que diz respeito à casa mortuária de Casais de Além, pergunta se há a possibilidade de se negociar a tal verba para a construção da mesma. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que em relação à casa mortuária de Casal de Além, a mesma foi um compromisso assumido anteriormente e que não chegou a ser cumprido, no entanto refere que não poderá de momento dispor desse dinheiro. -----

--- Em relação às estradas, refere que vai tentar ainda, durante o seu mandato, reparar o máximo possível. -----

--- Em relação à iluminação da Praça dos Imperadores refere que o dinheiro ainda não chegou para isso, no entanto vai-se tentando fazer aquilo que se consegue. -----

--- No que diz respeito à ETAR, refere que irá iniciar as obras, salientando que irá ter uma reunião com as Águas do Oeste no sentido de perceber como é que isso tudo irá ficar. -----

--- Refere também que em relação ao mercado diário de Manique do Intendente, que o projeto envolvia duzentos e trinta mil euros, e não havendo esse dinheiro em orçamento, vai-se repartir a obra em várias fazes. -----

--- Em relação ao protocolo de jardins refere que irá ver como é que se pode resolver esta situação. -----

--- O Sr. Presidente aproveita ainda para dizer que em relação ao estudo da rotunda da Quinta da Lapa, se anda em conversações de modo a começar-se ali a fazer alguma coisa.

--- Em relação à Estrada das Minas, salienta que se está a tentar arranjar dinheiro para que se faça um estudo geológico do terreno. -----

--- Discutido o assunto, nada foi deliberado. -----

--- **Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal --**

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, que em relação à pagina 3, no ponto 02020202 (Calçadas), solicita saber ao que se refere a “*pavimentação da Rua Vitor Cordon*”. -----

--- Na pagina 4, no ponto 050301 (Recolha de tratamento de resíduos), solicita saber como e por quem é que é feito, e qual a periodicidade com que é feito o acompanhamento e fiscalização de recolha de RSU do Município. -----

--- No ponto 05 04 (Parques e Jardins), solicita saber se a manutenção de espaços verdes por um período de 12 meses é feito através de concessão, ajuste direto ou concurso. -----

--- Em relação ao mapa de encargos com a liquidação de empréstimos, e tendo-se na última reunião falado na taxa de juro do PAEL, tendo sido dito que se estava a renegociar esta taxa de juro, e no último mapa o valor do PAEL vinha todo numa tranche, neste mapa ele aparece subdividido, acontecendo assim uma subida de taxa de juro no segundo desembolso, contrariamente àquilo que seria espectável. Solicitando saber o porquê do aumento desta taxa de juro. -----

--- Tomou a palavra o Sr.º Presidente da Câmara, referindo que em relação aos Jardins o ponto refere-se a uma prestação de serviços de duas equipas de jardinagem a trabalhar no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Município, estando-se a desenvolver esforços no sentido de se colocar mais pessoas através do Centro de Emprego. -----

--- Em relação aos juros do PAEL, solicita aos técnicos da Câmara que esclareçam o Sr. Deputado Municipal. -----

--- Tomou então da palavra a Dr^a Irene Lameiro, dizendo que relativamente às taxas de juros do PAEL, são explicadas pelo facto do empréstimo ter sido em duas tranches. Refere que o contrato feito pelo estado Português, tinha por base a taxa de 2,45%, que era determinada pela taxa que estava a ser aplicada ao estado Português. Menciona que se detetou que tinha havido um aumento de taxa, tendo já sido pedido explicações, salientando no entanto que este valor é debitado em conta. Estando neste momento a Câmara Municipal de Azambuja a aguardar explicações. -----

--- Retomou a palavra o Sr. Sérgio Ezequiel, para dizer que na última informação da Câmara Municipal de Azambuja a totalidade estava toda agrupada, com uma taxa de juro de 2,21%, que é o que está atualmente na primeira tranche, sendo anteriormente de 2,79%. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que em relação à questão da repavimentação a mesma se refere a uma empreitada para reparar as calçadas que ficaram danificadas com a Feira de Maio. -----

--- Quanto à questão da recolha de resíduos, pede ao Sr. Vice-Presidente que responda a esta questão. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Vice- Presidente para dizer que os serviços municipais têm por hábito fazer um acompanhamento para ver como está a ser feita a recolha e entrega dos residuo-os, para ver se está tudo de acordo com o que o contrato prevê. -----

--- Retoma a palavra o Sr. Sérgio Ezequiel, dizendo que a sua preocupação prende-se com o facto de por vezes não ser recolhido o lixo em determinadas zonas. -----

--- Volta a falar o Sr. Vice-Presidente, dizendo que efetivamente constatasse esse problema, nomeadamente nas ilhas subterrâneas onde há um fluxo maior de densidade populacional. Explicando que esta recolha é feita com dia marcado, no entanto por vezes os depósitos estão apenas meios, mas como as pessoas não empurram os sacos para baixo, faz-se um acumular de sacos dando a sensação que o equipamento está cheio. ---

--- Foi concedida a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado, fazendo referência à página 5, no ponto 050705 (limpeza de linhas de água), voltando a referir-se à limpeza do rio da Guarita até Aveiras de Cima. -----

--- Foi concedida a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, para sugerir que a Câmara fizesse um mapa e o tornasse público, de quais os dias das recolhas de lixo, para que as pessoas só colocassem os lixos maiores nos dias das recolhas. -----

--- Foi concedida a palavra o Sr. Deputado Municipal António Loureiro, fazendo referência à página 2 no ponto 010101, solicitando saber o que é que quer dizer a sigla RSECE. -----

--- Na página 4, no ponto 0501, refere que existe uma dúvida em relação a quem é que compete a construção do emissário de Casais das Boiças, solicitando saber se já há mais alguma informação sobre o assunto. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira, para dizer que em relação à página 5, ponto 06010201 (pré-escolar e primeiro ciclo), solicitando saber se o pagamento das refeições das crianças das às IPS'S, se são por conta das próprias, ou se são da competência das Câmaras. -----

--- Em relação ao mapa das recolhas dos lixos, refere que o assunto irá ser estudado. -----

--- No que refere à limpeza do rio, diz que a mesma não é da competência da Câmara, salientando no entanto que irá ver o que se pode fazer. -----

--- No que diz respeito ao emissário de Casais das Boiças, refere que irá ter uma reunião com as Águas do Oeste no sentido de limar algumas arestas no que diz respeito a esta situação. -----

--- Foi concedida a palavra à Sr^a Deputada Municipal Luísa António, perguntando a quem compete a análise da atribuição dos escalões. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que são os Conselhos executivos e a Ação Social da Câmara que fazem este levantamento. -----

--- Em relação ao suplemento, a Sr^a Deputada Municipal Luísa António refere o facto de algumas crianças que o recebem o deitarem fora. -----

--- Discutido o assunto, nada foi deliberado. -----

--- **Ponto 3 – Regulamento de Cedência de Viaturas de Transportes coletivo do Município de Azambuja** ----- **P 16/VP/2015**

--- O Sr. Presidente da mesa pergunta se alguém quer usar da palavra, relativamente a este ponto. -----

--- Não havendo, foi colocado o ponto a votação. -----

--- Uma vez posta a votação, foi a Proposta nº P 16/VP/2015, aprovada unanimidade. -----

--- **Ponto 4 – Projeto de Regulamento dos Cemitérios do Município de Azambuja.** --- **P 23/VP/2015** -----

--- O Sr. Presidente da mesa pergunta se alguém quer usar da palavra, relativamente a este ponto. -----

--- Não havendo, foi colocado o ponto a votação. -----

--- Uma vez posta a votação, foi a Proposta nº P 23/VP/2015, aprovada unanimidade. -----

--- **Ponto 5 – Informação – Relatório de Acompanhamento da Atividade das Juntas de Freguesia no Âmbito dos Acordos de Execução.** -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- **APROVAÇÃO POR MINUTA** -----

--- A Sr^a D. Tatiana Gaspar, 2^a Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro. -----

--- **ENCERRAMENTO** -----

--- Era 23 horas e 50 minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----


Vera Luísa R. Boas das Saúdes
Tatiana Ruy Pedroco Gaspar